



Universidade de Brasília  
Faculdade de Ciência da Informação  
Curso de Biblioteconomia

**Os livros e a censura durante o Regime Militar: uma análise a partir  
de três obras de destaque a respeito do tema.**

Brasília – DF

2013

Raissa Oliveira Garbin

**Os livros e a censura durante o Regime Militar: uma análise a partir  
de três obras de destaque a respeito do tema.**

Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de  
Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília.

**Orientador (a):** Profa. Dra Dulce Maria Baptista

Brasília – DF

2013

Garbin, Raíssa Oliveira

Os livros e a censura durante o Regime Militar: uma análise a partir de três obras de destaque a respeito do tema. / Raíssa Oliveira Garbin. – Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2013.

44p.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dulce Maria Baptista

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação. Universidade de Brasília.

1. Censura – livros. 2. Censura – Regime Militar. 3. Regime Militar - Historia do Brasil. I. Autor. II. Título. III. Orientadora



**Título: Os livros e a censura durante o regime militar no Brasil.**

**Aluna:** Raissa Oliveira Garbin.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 25 de julho de 2013.

**Dulce Maria Baptista** - Orientadora  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutora em Ciência da Informação

**Rita de Cássia do Vale Caribé** – Membro  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutora em Ciência da Informação

**Georgete Medleg Rodrigues** – Membro  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutora em História

GARBIN, Raíssa Oliveira. **Os livros e a censura durante o Regime Militar: uma análise a partir de três obras de destaque a respeito do tema.** Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Brasília, 2013, 44p.

### **RESUMO**

Identifica as características da atuação censória no Brasil durante o período do Regime Militar, buscando destacar, principalmente, a censura a livros. Faz uma análise qualitativa e quantitativa a partir de três fontes específicas, de caráter analítico e crítico, que representam diferentes aspectos relacionados à censura a livros. Apresenta dados relacionados à censura a livros de autores brasileiros durante o período de 1964 a 1985.

**Palavras-chave:** Censura – livros; Censura – Regime Militar; Regime Militar - História do Brasil.

### **ABSTRACT**

Identifies the characteristics of censorship in Brazil during the military regime, seeking to highlight the censorship of books. Presents a qualitative and quantitative analysis from three analytical and critical sources, that represent different aspects related to censorship of books. Presents data related to the censorship of books by Brazilian authors during the period 1964-1985.

**Keywords:** Censorship - books; Censorship - Military Regime; Military Regime - History of Brazil.

## Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>2. Revisão de Literatura .....</b>	<b>8</b>
2.1 O golpe de 1964 e o Regime Militar no Brasil.....	8
2.1.1 O Golpe de 64.....	8
2.1.2 O Regime Militar no Brasil .....	9
2.1.3 Os presidentes.....	10
<i>Governo Castello Branco (1964-1967)</i> .....	10
<i>Governo Costa e Silva (1967-1969)</i> .....	10
<i>Governo Médici (1969-1974)</i> .....	11
<i>Governo Ernesto Geisel (1974-1979)</i> .....	12
<i>Governo Figueiredo (1979-1985)</i> .....	13
2.2 O Instituto Nacional do Livro.....	14
2.2.1 Histórico .....	14
2.2.2 O INL durante o Regime Militar.....	16
2.3 Os livros e a censura durante o Regime Militar .....	20
2.3.1 Censura .....	20
2.3.2 A censura e o Regime Militar .....	21
<b>3. Objetivos .....</b>	<b>25</b>
<b>4. Metodologia de pesquisa.....</b>	<b>26</b>
<b>5. Descrição e Análise.....</b>	<b>27</b>
5.1 Os livros e seus autores.....	27
5.1.1 <i>Os autores</i> .....	27
5.1.2 <i>Os livros</i> .....	28
5.2 Os números da censura.....	32
<b>6. Considerações Finais.....</b>	<b>36</b>
<b>7. Referências .....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>40</b>

## 1. Introdução

No decorrer da história do livro a censura foi um dos meios mais eficazes de controlar o conhecimento e uma das maiores causas da destruição de livros. Segundo o dicionário *Aurélio* da língua portuguesa, censura é:

s.f. Exame crítico de obras literárias ou artísticas; exame de livros e peças teatrais, jornais etc., feito antes da publicação, por agentes do poder público. / P. ext. Órgão que realiza esse trabalho. / Condenação eclesiástica de certas obras. / Corporação encarregada do exame de obras submetidas à censura. / Condenação, crítica.

Diversos conteúdos foram banidos por representarem uma ameaça ao poder dominante. Uma das formas mais antigas de dominação é justamente o controle da informação que é produzida e disseminada.

O estudo aprofundado de um dos momentos mais conturbados da história do Brasil nos permite não só entender como aconteceu o golpe militar e as políticas que foram utilizadas para que a ditadura se mantivesse por 21 anos no governo, como também estabelecer uma relação entre conhecimento e poder, e como através do controle das informações é possível sufocar movimentos, aniquilar crenças, dominar povos e, teoricamente, manter o controle. É preciso buscar, e dessa forma tentar entender, o real motivo por trás da censura, como ela foi feita e as perdas intelectuais decorrentes.

A censura durante o Regime Militar sempre foi objeto de estudos e discussões, porém em se tratando da censura a livros que, de certa forma, esteve bem menos em foco, os estudos não são tão abundantes. O presente trabalho busca identificar as principais características da censura a livros no Brasil, como ocorriam os vetos e os motivos que levaram dezenas de livros a terem sua publicação vetada e/ou tirados de circulação.

## **2. Revisão de Literatura**

A questão da censura é ampla e apresenta características próprias no Brasil. Por isso, a revisão a seguir contempla os seguintes tópicos: O golpe de 1964 e o Regime Militar no Brasil; O Instituto Nacional do Livro e sua atuação durante o Regime Militar; A censura, e mais especificamente, a censura a livros durante o período do Regime Militar no Brasil.

### **2.1 O golpe de 1964 e o Regime Militar no Brasil**

#### **2.1.1 O Golpe de 64**

Do início da década de 1960 até 1964, quando ocorreu o golpe militar, o governo do presidente João Goulart foi marcado por grande instabilidade política. Jango, como era chamado, enfrentou diversas greves, manifestações políticas e sociais, e acabou herdando do governo de Getúlio Vargas não só a tradição trabalhista como também seus opositores. Além disso, o Plano Trienal, que representava as reformas de base: educação, agricultura e economia, prometido por Jango, não foi posto em prática, causando ainda mais revolta na população.

Não podemos esquecer ainda que, desde o começo, o governo de Jango foi conturbado. Como lembra Delgado,

Sua posse aconteceu em um contexto de crise, deflagrada pela ação de seus adversários políticos. Sob a égide da crise governou por três anos. A princípio, sob a vigência de um sistema de governo parlamentarista que limitava seus poderes. Em seguida, recuperada sua plena capacidade governamental, em um sistema de governo presidencialista, em um contexto, contudo, marcado por inegável polarização política, nacional e internacional. (DELGADO, 2010, p.126).

Na verdade, manifestações políticas e sociais que sempre existiram nos governos anteriores conseguiram ganhar força durante o governo de João Goulart, como por exemplo, os movimentos estudantis e sindicais. A pressão que estes grupos exerciam sobre o governo, aliada à pressão externa vinda dos investidores de países envolvidos na Guerra Fria, e ainda a forte influência da Igreja Católica, acabaram desestabilizando o governo de Jango.

Delgado ainda aponta que existem diferenças explicativas decorrentes dos diversos enfoques sobre os motivos que levaram ao golpe militar, mas todas as ideias acabam convergindo nos seguintes pontos:

- convicção de que o processo de industrialização tardia no Brasil atingiu um ponto crítico, que demandava soluções para resolução dos conflitos sociais a ele inerentes. Tais soluções se apresentaram sob a forma autoritária de regulação dos referidos conflitos;
- vinculação do golpe político às incompatibilidades entre os modelos agrário exportador e o desenvolvimentista industrializado e internacionalizado;
- convicção de que a opção por um [plano] econômico industrializante internacionalizado consolidou a dependência econômica, gerou crescente concentração da renda e propiciou eclosão de contundentes manifestações sociais reformistas e nacionalistas. Esse processo levou à ruptura do “pacto populista”. (DELGADO, 2010, p.131).

O golpe estabeleceu um regime alinhado à política norte-americana, acarretando profundas modificações na organização política do país, bem como na vida econômica e social. Em 1 de abril de 1964, acabou-se por instaurar o Regime Militar no Brasil, que perdurou durante 21 anos, de 1964 a 1985, e foi repleto de atos de censura, repressão e violência.

### 2.1.2 O Regime Militar no Brasil

O Regime Militar foi implantado, supostamente, para defender o Brasil contra uma “invasão” comunista. A chamada “Doutrina da Segurança Nacional”, cuja finalidade era proteger o “interesse da segurança nacional”, foi usada como justificativa também por outros regimes autoritários da América Latina. Os militares que assumiram o poder defendiam que o golpe, na verdade, era uma “revolução” e que só duraria o tempo necessário para livrar o Brasil das crises e “ameaças” comunistas.

Após a instauração do regime, todos os presidentes que se seguiram foram representantes do Exército, em sua totalidade generais. Codato divide esse período em 5 grandes fases:

Uma **primeira fase**, de constituição do regime político ditatorial-militar, corresponde, grosso modo, aos governos Castello Branco e Costa e Silva (de março de 1964 a dezembro de 1968); uma **segunda fase**, de consolidação do regime ditatorial-militar (que coincide com o governo Medici: 1969-1974); uma **terceira fase**, de transformação do regime ditatorial-militar (o governo Geisel: 1974-1979); uma **quarta fase**, de desagregação do regime ditatorial-militar (o governo Figueiredo: 1979-1985); e por último, a fase de transição do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático (o governo Sarney: 1985-1989). (CODATO, 2005, pg. 83, grifo nosso).

Neste trabalho são tratadas as quatro primeiras fases.

### **2.1.3 Os presidentes**

#### *Governo Castello Branco (1964-1967)*

O general Humberto de Alencar Castello Branco foi nomeado o primeiro presidente militar. Sabe-se que sua escolha para a presidência deu-se contrariamente à vontade do general Costa e Silva, que havia se autointitulado comandante do Exército Nacional e líder da Revolução, como os militares gostavam de denominar o golpe. (FICO, 2004)

Castello Branco era tido como moderado e fazia parte de uma parcela das Forças Armadas que acreditava que a intervenção tinha apenas um caráter corretivo e seria temporária, postura que não agradava a outra parcela denominada, pejorativamente, de linha dura, cujo principal representante era o general Costa e Silva, que queria reprimir, de forma incisiva, os chamados terroristas, representantes políticos ligados a ideais comunistas.

Durante seu governo, Castello Branco não conseguiu controlar as punições “revolucionárias”. Além disso, tomou algumas medidas bastante radicais, como aponta Fico:

Proibiu atividades políticas dos estudantes; decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de “guerra interna”; fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva. Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (é costume afirmar-se que a tortura só se tornaria frequente no pós-68). (FICO, 2004, p.33)

Diante de todas as medidas repressoras realizadas por um governo que se dizia moderado, vemos nitidamente o que era um movimento militar se transformar em uma ditadura. Fico ainda destaca que “Castello foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão fosse conquistando, paulatinamente, mais espaço e poder.” (FICO, 2004, p.33).

#### *Governo Costa e Silva (1967-1969)*

O segundo general-presidente foi o general Costa e Silva, conhecido por fazer parte da parcela linha dura dos militares. Desde o início da chamada revolução, desejava

implantar um regime que reagisse de forma mais eficaz, entenda-se violenta, no combate aos ideais comunistas e seus disseminadores. Como ressalta Fico, “o projeto repressivo baseado numa “operação limpeza” violenta e longeva estava presente desde os primeiros momentos do golpe” (FICO, 2004, p.36)

Com a posse do general Costa e Silva entra em vigor a Constituição de 1967, elaborada pelo Congresso Nacional, ao qual o AI-4 deu plenos poderes. A Constituição de 67 foi a quinta do Brasil Republicano e buscou institucionalizar e legalizar o regime militar, aumentando a influência do Poder Executivo sobre o Legislativo e Judiciário. As emendas constitucionais que eram atribuições do Poder Legislativo passaram a ser iniciativas únicas e exclusivas dos que exerciam o Poder Executivo.

Durante seu governo a repressão se tornou mais ferrenha e a violência entrou em ação. Os “linha dura” deram início às perseguições políticas, e diversas manifestações contra o regime tomaram conta da oposição, feita principalmente por pró-comunistas, estudantes e militantes de esquerda. Com o crescente enfrentamento entre o Estado e os manifestantes contrários ao regime, as liberdades individuais acabam por fim sendo completamente reprimidas com a implantação do AI-5. Fico afirma que

[...] o anseio punitivo que caracterizava a linha dura não surgiu repentinamente em 1968, como reação à opção de parte da esquerda pela chamada “luta armada”, de fato, a partir do AI- 5, as diversas instâncias repressivas já existentes passaram a agir segundo o *ethos* da comunidade de segurança e de informações ou com ela entraram em conflito. (FICO, 2004, p. 37)

Esse era somente o começo dos piores anos de repressão do Regime Militar.

#### *Governo Médici (1969-1974)*

Considerado o mais severo dos generais-presidentes, o general Médici assumiu a presidência em 1969 e deu início ao período de maior violência e repressão do Regime Militar. A tortura se institucionalizou e se tornou uma arma de controle governamental, sendo a ela atribuído o mesmo significado de “mal menor” (FICO, 2004). Fico ainda esclarece que, ao contrário do que se divulgava na época, os generais-presidentes não eram os responsáveis diretos pelas torturas, “hoje podemos afirmar, baseados em evidências empíricas, que a tortura e o extermínio

foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais-presidentes.” (FICO, 2004, p. 36).

Nos porões da ditadura pessoas eram aprisionadas, torturadas e mortas sem que nada fosse feito. Muitas famílias até os dias de hoje ainda não sabem o paradeiro de alguns familiares.

Para Fico

[...] só o estudo conjunto dos pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos) permite compreender que, a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de “país do futuro”. (FICO, 2004, p. 36)

Tentando criar um sentimento nacionalista, e principalmente, como forma de promover a ditadura, foi criada a propaganda institucional. Seu principal objetivo era elevar o moral da população, mostrando que o país estava se desenvolvendo e evoluindo sob o comando dos generais. O governo se utilizava de todos os meios de comunicação para a divulgação das propagandas, até mesmo nas escolas infantis.

Foi também durante esse período que o Brasil viveu o chamado “milagre brasileiro”. Fazia parte dos objetivos do general Médici promover o desenvolvimento do país aproveitando a conjuntura internacional favorável (EVANS *apud* FICO, 2004). A abertura ao capital estrangeiro trouxe diversas multinacionais ao Brasil e atingiram-se altos níveis de desenvolvimento econômico. O principal feito do governo Médici foi sufocar os movimentos guerrilheiros, o que permitiu que o presidente seguinte desse início a abertura política.

#### *Governo Ernesto Geisel (1974-1979)*

Ao assumir a presidência em 1974, Geisel teve que lidar com um país em plena recessão. O Brasil estava endividado, com uma grave crise inflacionária e uma flutuação no seu desempenho. A dívida externa somada à alta dos juros internacionais levaram o Brasil a um desequilíbrio em seus balanços de pagamentos, gerando assim inflação e dívida interna.

Para contornar os sintomas da crise, o governo decidiu começar a abrandar alguns aspectos do regime militar e dar início à chamada “distensão”, que seria uma

“abertura lenta, gradual e segura”, segundo o próprio presidente Geisel. Teve início assim, lentamente, o processo de abertura política, o qual não visava discutir as decisões políticas do regime nem as medidas econômicas, mas suavizar, aos olhos da sociedade, a sensação de repressão imposta pelo Estado, e abrir caminho para a redemocratização.

O descontentamento da população, sempre existente, começou a se tornar mais amplo e, mesmo velado, também atingiu as Forças Armadas, pois todos estavam sentindo o peso da inflação dentro de suas casas. Assim, o presidente Geisel, com o apoio de outros militares, deu início ao processo de abertura que levaria o Brasil de volta à democracia.

#### *Governo Figueiredo (1979-1985)*

O general João Batista Figueiredo foi o último dos generais-presidentes, e deu continuidade ao processo de abertura política iniciado pelo presidente Geisel. Inicialmente, ele revogou o AI-5 por meio da Emenda Constitucional nº 11, de 1978.

Em 1979, o presidente decreta a Lei da Anistia, que concede aos exilados políticos o direito de retornar ao Brasil, o que acaba levando também à redemocratização e à reforma partidária, colocando um fim ao bipartidarismo. Durante seu governo, o presidente Figueiredo ainda enfrentava a crise inflacionária que assolava o país e causava descontentamento. Além disso, alguns militares de linha dura não aceitavam o processo de abertura política e continuavam a repressão clandestina.

Nos últimos anos do regime, a situação se tornou insustentável e a população foi às ruas para reivindicar a volta definitiva da democracia com eleições diretas para presidente da República. Esse movimento ficou conhecido como “Diretas Já!”. Infelizmente, a emenda que garantiria a eleição direta para a presidência não foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Em 1985, o Colégio Eleitoral escolheu Tancredo Neves para assumir a presidência, porém antes de assumir, Tancredo adoeceu e acabou falecendo, e quem assumiu foi seu vice, José Sarney. Assim, tem fim o Regime Militar no Brasil, após 21 anos de ditadura.

## 2.2 O Instituto Nacional do Livro

Durante todo esse período, a censura se fez sentir, em maior ou menor grau, sobre as diferentes formas e veículos de expressão. A questão do livro, como objeto desta pesquisa, não esteve imune aos efeitos da repressão. No tópico a seguir, é traçado o histórico das políticas relacionadas ao livro no Brasil, e de que forma elas foram afetadas pelos diferentes momentos atravessados pela política nacional.

### 2.2.1 Histórico

O Instituto Nacional do Livro (INL) foi criado em 1937, durante o Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas. Inicialmente, foi criado o Instituto Cayrú, em 1936, cujo principal objetivo era a organização de uma enciclopédia brasileira e de um dicionário de língua Nacional. O Instituto Cayrú acabou não obtendo êxito em seus projetos, e em 1937 foi criado o INL.

De forma imediata podemos perceber que o INL surgiu da necessidade de se criar uma instituição cultural que fosse responsável pelas questões relacionadas ao livro e às bibliotecas públicas (ARAÚJO, 2002). Apesar disso, podemos notar que os interesses do Estado com a criação do INL iam além do papel de suprir as necessidades informacionais da população. Araújo destaca que

A criação do INL se deu num contexto sócio-político autoritário, onde o Estado é o implementador de várias ações culturais. Assim, as condições que levaram à criação do INL foram as mesmas que determinaram a criação de várias outras instituições culturais nesse período – a **necessidade de legitimação social do regime político autoritário instaurado**. (ARAÚJO, 2002, p. 20, grifo nosso).

Ao analisarmos o documento<sup>1</sup> em que o Ministro Gustavo Capanema, idealizador do Instituto Cayrú e do INL, apresenta ao presidente Vargas alguns motivos para a criação do INL, percebemos que uma das maiores preocupações do Estado era impedir que o livro se transformasse em uma “arma” contra o governo da época. A seguir está reproduzido um trecho do documento elaborado pelo Ministro Capanema:

[...] Senhor Presidente:

---

<sup>1</sup> O documento original encontra-se disponível do site do CPDOC, através do endereço eletrônico: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL>

O livro é, sem duvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste.

O livro não é só o companheiro amigo, que instrui, que diverte, que consola. É ainda e, sobretudo, o grande semeador que, pelos séculos afora, vem transformando a face da terra. Encontraremos sempre um livro no fundo de todas as revoluções.

**É, portanto dever do Estado proteger o livro**, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda **vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas.** [...]. (Exposição dos motivos, de 15 de dezembro de 1937 *apud* ARAÚJO, 2002, p.32, grifo nosso)

Fica claro que o Ministro defende o livro como uma “criação poderosa do engenho humano” e afirma que seu poder de influência é enorme, mas suas colocações vão além disso, pois em sua defesa aponta não só o lado positivo dessa influência, “companheiro amigo, que instrui, que diverte, que consola”, como também o seu potencial como “instrumento do mal”, que nas mãos erradas, ou com as ideias erradas, pode representar uma ameaça. Por isso Capanema defende que é “dever do Estado proteger o livro.” (CAPANEMA *apud* ARAÚJO, 2002)

Outro documento importante para a compreensão do que seria o INL, é o Decreto nº93, de 21 de dezembro de 1937<sup>2</sup>, que cria o INL e estabelece suas competências. Entre elas estão basicamente as herdadas do extinto Instituto Cayrú, de organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, além de editar obras raras, controlar a edição de livros no país, buscando melhorar, aumentar e baratear a produção, e facilitar a importação de livros estrangeiros. A partir desse decreto ficam claras as diferenças entre o Instituto Cayrú e o INL. Araújo aponta que

[...] a grande modificação ocorrida na transformação do instituto Cayrú para o Instituto Nacional do livro foi a ampliação de seus objetivos, no sentido de abranger várias questões relacionadas ao livro (produção, comercialização e importação) [...]. (ARAÚJO, 2002, p. 28)

É visível que a “missão” do INL é o livro e tudo a este relacionado, porém ficava a cargo do governo a decisão sobre o que seria publicado ou não pelo INL. O Ministro Capanema afirmava que o INL tinha por meta principal a publicação de obras preciosas, aquelas que as editoras não queriam ou não tinham condições de publicar, juntamente com a publicação da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário da Língua Nacional*, e que só isso justificava a criação de um instituto, e não a

---

<sup>2</sup> ANEXO A

publicação de obras que não fossem relevantes. (Carta de 2 de novembro de 1939, Arquivos do CPDOC, GCg 39.09.07/1, IV-3 *apud* ARAÚJO, 2002, p.33)

Outro documento que expressava muito bem a missão do INL era o *Plano de Divulgação de Obras para o Instituto Nacional do Livro* de 1938, onde mais uma vez fica claro que a questão do livro é o objeto central de atuação do INL:

[...] integrando-se no objetivo educacional do Ministério da Educação e Saúde, o Instituto Nacional do Livro dará aos brasileiros leituras de suaves tendências espirituais para a serenidade psíquica, o controle dos êxitos individuais, das energias aproveitadas, das utilidades conseguidas e dos ideais mais nobres. Em síntese, tudo isto é a glória de viver, pelo desejo de fazer a própria vida, como ideal individual. E como ideal coletivo, são os alicerces da integridade do Brasil, elevando-o à perfeição do dinamismo nacional, pela glória de seu organismo político, onde se encontre o expressivo desenrolar da mais rija e sublime atuação da construção e da educação brasileira. [...]. (Plano de divulgação de obras para o Instituto Nacional do Livro, 25 de julho de 1938 *apud* ARAÚJO, 2002, p.34)

Araújo salienta que, historicamente, podemos utilizar a seguinte periodização para o INL: “1ª fase: Criação e consolidação [...] (1937-1945); 2ª fase: Incremento às atividades editoriais [...] (1946-1960); 3ª fase: **Ação cultural e segurança nacional [...] (1961-1970); 4ª fase: Sob a ideologia do planejamento [...] (1970-1990)**”. (ARAÚJO, 2002, p.12, grifo nosso). Para entendermos como foi a atuação do INL, especialmente no período do Regime Militar, iremos nos aprofundar na 3ª e 4ª fases.

### 2.2.2 O INL durante o Regime Militar

Desde sua criação, o INL foi usado como “braço” do governo no âmbito da formação cultural, uma característica que não mudou durante os anos do Regime Militar. Apoiados nas políticas de desenvolvimento econômico e segurança nacional, os militares justificavam suas ações, inclusive as ações culturais. A partir da década de 1950 ocorre uma internalização do conceito de segurança nacional, na medida em que ele deixa de ser focado na “agressão externa” e começa a ser defendido como “segurança nacional contra agressão interna” (ARAÚJO, 2002).

Nos primeiros momentos do golpe, e até mesmo nos primeiros governos, era possível encontrar obras de esquerda “convivendo” com o regime de direita (REIMÃO, 2011). Durante os anos de 1964 a 1970, as políticas do governo tanto para o INL quanto para as demais áreas culturais eram mais amenas em se tratando de censura, o que mudou consideravelmente a partir dos anos 1970, com o governo

do General Médici, em que a censura aos livros e a todo o tipo de diversões públicas foi intensificada. A presença do Estado no âmbito cultural fez com que duas forças fossem estabelecidas no campo cultural: a censura política e o discurso oficial (ARAÚJO, 2002).

Araújo esclarece que

O caráter repressivo da política cultural do regime militar se justifica pelo fato de que toda atividade cultural pressupõe liberdade de informação, análise e pesquisa, provoca discussões, análises e controvérsias e propõe mudanças e alternativas, ou seja, a verdadeira atividade cultural exige liberdade de produção e de expansão. [...] Desta forma, a relação do Estado com a cultura passa a ser diretamente autoritária e ameaçadora, considerando-se intolerável qualquer ação cultural que não se enquadre nos critérios pré-estabelecidos, nos planos, programas e projetos estabelecidos pelo Estado, que se baseavam no binômio – desenvolvimento econômico e segurança nacional. (ARAÚJO, 2002, p.44)

Dentro deste contexto, o governo começou a buscar estratégias para o desenvolvimento, e através do Ministério do Planejamento, elaborou uma série de diagnósticos, como por exemplo, o *Diagnóstico Preliminar da Cultura*, elaborado durante o governo do general Costa e Silva. Este documento foi o primeiro após o golpe de 64 que tentou definir qual era o estado da cultura no país. O diagnóstico permitiu ao governo perceber que a situação do livro estava caótica no Brasil. Segundo o diagnóstico “a cultura é essencialmente social, no entanto, é a partir do Estado que a cultura se desenvolverá, pois este é considerado como o maior promotor da sociabilidade. Assim, o Estado passa a ser o centro controlador da produção cultural do país”. (ARAÚJO, 2002, p.45).

Leitão afirma que:

A simples distribuição de livros permitiu ao governo criar uma ilusão de política, uma impressão de que a informação estava oficialmente sendo disseminada. Dessa forma, a distribuição passou a ser percebida como acesso democrático e irrestrito. Entretanto, [...] indiretamente, propagava também os critérios de seleção e de exclusão definidos pelo governo. (LEITÃO, 2011, p.165)

Diante dos resultados obtidos através desse relatório o governo elaborou novas atribuições para o INL, voltadas, essencialmente, para o incentivo à produção de livros. Dentre essas atribuições estavam, “Fornecer aos autores incentivos econômicos para a publicação de obras, diminuição ou extinção dos ônus fiscais sobre a atividade cultural.” (PEREIRA *apud* LEITÃO, 2011, p. 171). Uma das novas

políticas estabelecidas, a partir de 1970, foi um sistema de coedições que pretendia reforçar o apoio do governo à atividade editorial.

“A Portaria nº 35 [...] estabeleceu o regime de coedição pelo qual o Estado praticamente renunciou à iniciativa editorial e passou a subsidiar o setor privado, reservando-se o poder de veto sobre o material publicado.” (LEITÃO, 2011, p. 173)

Para que o veto fosse bem fundamentado, as obras eram avaliadas e selecionadas por um seleto grupo de intelectuais recrutados pelo governo. Eram eles: o escritor Octavio de Faria, Adonias Filho e o poeta Marcos Konder Reis, que segundo Oiticica formavam

A Santíssima Trindade da Comissão de Leitura e Seleção que indicava os aprovados e rejeitados do programa de co-edições do INL, *ad referendum* da sua diretora, que também levava em conta o parecer técnico-financeiro do Chefe da Seção de Publicações. (OITICICA *apud* GALUCIO, s.d., p.3)

Os critérios que levavam ao veto, na realidade, estavam relacionados à bagagem que cada um dos integrantes mencionados acima possuía. Em comum, os três tinham suas origens em famílias tradicionais da oligarquia agrária brasileira e a formação católica. Octavio de Faria, por exemplo, era o “líder da corrente autoritária da reação católica”, o que já nos dá uma pista do porquê de sua escolha para a Comissão de Leitura e Seleção. Galucio ainda afirma que “muitas vezes, nos pareceres o veto por motivos ideológicos aparecia sob a justificativa formal e criteriosa do Instituto, estabelecendo um novo patamar de relação com as editoras privadas no regime militar.” (GALUCIO, s.d., p.6).

Entre os anos de 1970 e 1973 o milagre econômico foi responsável pelo sucesso do INL com 30 milhões de livros distribuídos e mil co-editados. O mesmo “milagre” foi responsável por mudanças nos objetivos dos projetos do Instituto durante a crise. Entre 1971 e 1986, o INL co-editou, segundo Oiticica, mais de 2 mil títulos, entre eles livros de destacadas coleções de estudos brasileiros, tais como: *Brasiliana* (Companhia Editora Nacional), com maior número (70 títulos); *Documentos Brasileiros* (Jose Olympio); *Retratos do Brasil* (Civilização Brasileira); *Memórias Brasileiras* (Melhoramentos); *Dimensões do Brasil* (Vozes / Francisco Alves), entre outras.

Depois do ápice de suas atribuições, nos anos 1970 houve uma diminuição gradativa das funções do INL até sua extinção em 1990. Esse momento coincide

com as mudanças na formulação de projetos culturais no bojo do processo pós-Anistia com a reorganização da sociedade civil e, em particular, com a entrada no mercado das editoras universitárias:

[...] o “esvaziamento” do INL nos últimos anos se explica, a rigor, pelas resistências cada vez mais orquestradas que os editores particulares e suas entidades corporativas oferecem diante de qualquer ameaça de uma eventual ampliação da presença governamental na indústria do livro. (GALUCIO, s.d., p.8)

Kushnir lembra que havia o denominado “terrorismo cultural: tática militar de intimidação e perseguição. Jornais foram depredados. Atentados com explosão de bombas. Invasão e destruição de editoras, gráficas. Apreensão de tiragens.” (KUSHNIR *apud* LEITÃO, 2011, p.167). Esses assuntos são tratados no próximo capítulo, que aborda temas como a censura, e principalmente, a censura aos livros durante o Regime Militar.

## 2.3 Os livros e a censura durante o Regime Militar

### 2.3.1 Censura

A censura é uma das armas mais utilizadas para impedir o conhecimento. Seu intuito é o de regular, controlar, e até mesmo destruir qualquer informação tida como *non grata* por aqueles que estão no poder. Como aponta Leitão,

o exercício do poder está na origem do ser humano que busca encontrar modos de dominação. Muitas vezes, a expressão dessa luta assume formas cruéis: tortura, morte, censura, fogueira, silêncio, esquecimento. (LEITÃO, 2011, p.21).

Leitão ainda destaca que “em cenários de instabilidade e descontrole social, quando a luta pelo poder se acirra, há uma tendência em maior controle das ideias, para facilitar a uniformização da ação de controle e legitimidade da autoridade oficial” (LEITÃO, 2011, p.29). Durante toda a história da humanidade existiram momentos em que culturas foram subjugadas ou destruídas com um único intuito: “o bem maior”.

Podemos relembrar alguns desses momentos, começando pelo período em que a Igreja Católica esteve no poder, após a queda do Império Romano, e estabeleceu uma série de regras e preceitos a serem seguidos, e quem não se encaixava era perseguido e excomungado. A partir daí, Leitão afirma que “[...] a censura – mais que um ato de poder oficial – se sofisticou e se consolidou como um instrumento institucional, sustentado por rígidos mecanismos de controle e administração da informação”. (LEITÃO, 2011, p.60).

A transição do poder da Igreja para o Estado fez com que houvesse um abandono das crenças religiosas e místicas, que até então justificavam tudo, dando lugar a novas crenças centradas no próprio indivíduo, em sua razão e intelecto. Em virtude do esclarecimento, ao qual o povo cada vez mais tinha acesso através dos livros, diversas revoluções foram desencadeadas. A Revolução Francesa foi uma delas, e contribuiu para a disseminação dos ideais iluministas, de caráter democrático e liberal.

Ainda que, a custa de muitas lutas ao longo da História, o indivíduo tenha conquistado a liberdade de expressão, e que esta tenha se convertido em direito

garantido através da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*<sup>3</sup>, de 1948, isso não significa que esse direito será sempre respeitado. Petley é categórico e explica:

[...] isso não garante que a liberdade de expressão é ou poderá ser absoluta. Particularmente em épocas de guerra, ela pode ser suprimida para preservar a segurança nacional [...]. Todos os países democráticos possuem leis que limitam a liberdade na mídia de uma maneira ou de outra. (PETLEY *apud* LEITÃO, 2011, p.69)

A Segunda Guerra Mundial foi outro momento histórico em que a censura foi usada como arma. Conforme o exército hitlerista avançava durante a guerra, a história e a cultura de muitos países foram sendo agredidas e desrespeitadas. Livros eram queimados, bibliotecas saqueadas, e tudo era representado como um grande evento necessário para o sucesso do projeto de Hitler: a supremacia ariana. Na realidade tudo não passava de uma estratégia adotada por todos os regimes ditatoriais: impedir que o conhecimento contrário ao regime se propagasse, e destruir a cultura dos povos dominados, para que assim eles fossem completamente subjugados e não tivessem chance de reação.

Aglinskias lembra que

A censura está presente em diversos regimes políticos. Seja qual for o regime adotado, os interesses individuais dos grupos políticos em poder da máquina pública são responsáveis pela legitimação de regras que estabelecem valores morais na sociedade. Neste sentido, a censura faz parte dessa ordem social, que é legitimada pelo poder público. (AGLINSKAS, 2008, p. 13)

O Brasil também passou por diversos momentos de censura durante sua história, sendo que o Regime Militar foi apenas um deles. Durante seu período colônia, passando pelo Império e especialmente quando se tornou República, a censura esteve presente como justificativa para garantir a ordem social.

### **3.2 A censura e o Regime Militar**

A exemplo do que aconteceu em outros regimes autoritários, o Regime Militar, como já foi dito, defendia a ditadura como forma de garantir a segurança nacional. O uso de medidas repressoras é uma das formas mais eficazes de controle, sendo que uma das mais usadas é a censura, conforme visto no tópico anterior. A censura dos

---

<sup>3</sup> “Artigo 19: Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.”. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <[unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf)>

produtos culturais se torna ainda mais eficiente uma vez que interfere diretamente na vida cotidiana. Reimão explica que:

Concebemos a censura como parte de um aparelho de coerção e repressão que, muito mais do que afetar a circulação de alguns bens culturais, restringia a produção e circulação da cultura, implicando uma profunda mudança no exercício da cidadania e da cultura em geral. (REIMÃO, 2011, p.14)

A censura durante o Regime Militar foi marcada por períodos de menor e maior intensidade. Reimão esclarece que

Na realidade, entre 1964 e 1968, isto é, entre o golpe militar de 1964 e a decretação do AI-5, a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada e pela ausência de critérios, mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física. (REIMÃO, 2011, p. 20)

A estratégia do governo era impedir a circulação de produções culturais não com o intuito de prejudicar a produção cultural, mas de impossibilitar que a massa operária e camponesa tivesse acesso a essas publicações. (SCHWARZ *apud* REIMÃO, 2011). Para tanto organizavam ações confiscatórias que eram feitas

[...] de forma primária, improvisada, efetuadas por pessoas mal treinadas para esse tipo de operação, e eram justificadas através da necessidade de garantir a Segurança Nacional e a ordem moral. Objetivava confiscar todo material considerado subversivo, contra o Regime, ou pornográfico, contra a família e os costumes. (STEPHANOU *apud* REIMÃO, 2011, p.20)

Difícil era definir o que seria ou não censurado pelo governo, uma vez que toda obra com conteúdo contrário ao regime, à moral e aos bons costumes deveria ser tirada de circulação ou impedida de ser publicada. Nessa época “a publicação de qualquer coisa que pudesse transgredir o limite da tolerância oficial – difícil de ser definido em termos explícitos – tornou-se arriscada, tanto financeiramente quanto pessoalmente”. (LEITÃO, 2011, p.167).

Em 1965, o desejo do governo de centralizar as atividades censórias levou a construção de um novo prédio para o Departamento Federal de Segurança Pública na capital federal, onde atuaria o Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP). A Constituição de 1967 oficializou essa centralização como atividade do Governo Federal, em Brasília. Stephanou afirma que:

Legalmente, a censura era jurisdição do Departamento de Polícia Federal; na prática, todos os órgãos militares de segurança se achavam no direito de proibir [...] diferentes autoridades, dos mais altos postos ao simples

funcionário público, buscavam vetar produções culturais ou artísticas. (STEPHANOU *apud* REIMÃO, 2011, p.25)

Apesar da censura já estar atuando na coerção de todo material considerado subversivo, os anos anteriores a 1968 foram anos de intensa produção cultural, principalmente na música, no cinema e no teatro. Diversos festivais de música e cinema foram realizados, e nomes como Gilberto Gil e Caetano Veloso foram consagrados, dando início também ao movimento que ficou conhecido como Tropicalismo.

Quando o AI-5 foi editado, em dezembro de 1968, a censura já se encontrava centralizada no governo. A partir desse momento podemos notar uma mudança na atuação censória, que se tornou ainda mais repressiva. Reimão destaca que a edição do AI-5 “tornou possível [...] suspender garantias individuais e criou condições para a censura, à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas.” (REIMÃO, 2011, p. 26)

O ano seguinte foi um ano de

[...] cassações em massa, rígido controle dos movimentos operários e estudantis, recrudescimento da censura, [...] As atividades culturais passaram a ser rigorosamente vigiadas e artistas de projeção nacional [...] tiveram que deixar o país. (REVISTA VISÃO *apud* REIMÃO, 2011, p. 26).

A partir desse momento, institui-se a censura prévia à imprensa. Censores foram enviados para as redações de jornais e revistas, e tudo o que seria publicado deveria passar antes pelo crivo dos mesmos. Após a centralização do SCDP em Brasília, a censura prévia também se estendeu ao cinema, televisão, teatro, espetáculos públicos, música, rádio e ao mercado editorial. (REIMÃO, 2011, p. 29)

O Decreto-lei 1077/70<sup>4</sup> foi responsável por regulamentar a censura prévia para livros. Os dois primeiros artigos desse decreto já anunciam o que deveria ser censurado:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

---

<sup>4</sup> ANEXO B

Os artigos terceiro e quinto ainda estabelecem as sanções impostas àqueles que descumprirem as normas estabelecidas:

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministério da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e apreensão de todos os seus exemplares. [...]

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I – A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$10, 00 (dez cruzeiros novos);

II – A perda de todos os exemplares da publicação, que serão **incinerados** a sua custa. (grifo nosso)

Alguns conhecidos escritores, como Jorge Amado e Érico Veríssimo, destacaram-se na liderança da oposição à censura prévia para livros. Ambos, líderes de vendagens na época, declararam que de forma alguma mandariam seus originais para o Ministério da Justiça para serem submetidos à avaliação dos censores. Diante da reação contrária à censura prévia para os livros, o governo criou uma nova instrução para a Portaria 11-B, a Instrução n. 1-70, que liberava da censura prévia às publicações que tivessem “caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático” e que não apresentassem nenhuma temática relacionada àquelas proibidas pelo governo. (REIMÃO, 2011, p. 30).

Em certo momento, a censura prévia aos livros se tornaria insustentável, em razão do grande volume de lançamentos no Brasil, que em 1971 chegou a 9950 títulos novos. Esse número de publicações fez com que o número de censores fosse 15 vezes maior no final do Regime Militar. Reimão também informa que apesar da censura ser de responsabilidade do governo, a maior parte da atividade de censura era feita na verdade através de denúncias. (REIMÃO, 2011)

Existiram casos também em que o livro fora censurado, mas a peça teatral sobre o livro não, ou o contrário. A censura prévia só chegou ao fim em 1978, quando alguns jornais foram liberados desse ritual. Em 1978, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional n. 11, que revogava a partir de 1979, o AI-5.

### **3. Objetivos**

#### 3.1 Geral

- Analisar a censura aos livros no Brasil, tal como imposta durante o Regime Militar.

#### 3.2 Específicos

- Analisar obras que forneçam dados relevantes a respeito do tema.
- Identificar os anos em que a censura foi mais atuante.
- Identificar os métodos de censura aplicados aos livros.

#### 4. Metodologia de pesquisa

Este trabalho constitui pesquisa documental. Para sua realização, foram consultadas três fontes específicas, de caráter analítico e crítico, que representam visões de três importantes autores, selecionados a partir da bibliografia disponível sobre o período histórico do Regime Militar no Brasil, e a adoção da censura como meio de controle da ordem estabelecida. As obras consultadas para o levantamento das informações pertinentes ao tema foram escritas pelos seguintes autores:

- Zuenir Ventura, autor do livro *1968: o ano que não terminou*, de 1988.
- Dionísio da Silva, autor do livro *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*, de 1989.
- Sandra Reimão, autora do livro *Repressão e resistência: censura a livros na Ditadura Militar*, de 2011.

A pesquisa foi realizada sob a luz dos dados apresentados pelos autores acima citados. Para tanto levou-se em conta o ano de publicação dos títulos mencionados, uma vez que cada autor escreveu em uma determinada época, considerou-se também o enfoque principal do livro, pois apesar de todos tratarem sobre a censura durante o Regime Militar, cada autor buscou desenvolver um aspecto diferente em sua obra.

## 5. Descrição e Análise

### 5.1 Os livros e seus autores

Para a melhor compreensão a respeito do conteúdo, e da pesquisa por trás de cada livro, é preciso conhecer seus autores. Cada um dos autores possui uma determinada formação, o que se reflete em sua forma de escrever, além disso, cada um deles viveu e teve sua obra publicada em épocas distintas, o que, de certa forma, condiciona suas obras como típicas desses períodos.

#### 5.1.1 Os autores

##### 5.1.1.1 Zuenir Ventura

Zuenir Ventura nasceu em Além Paraíba (MG), em 1931. Em 1954, na cidade do Rio de Janeiro, cursou faculdade de letras e logo começou sua carreira de jornalista. Foi repórter, editor e chefe de redação de veículos como as revistas *Visão* e *Veja*, o *Jornal do Brasil* e o site *No mínimo*. Além disso, foi professor universitário durante 40 anos.

Sua estréia como escritor foi em 1988, com o livro *1968 – o ano que não terminou*, que logo se tornou referência sobre a época e *best-seller*. Também é autor de outros livros-reportagem e crônicas. Atualmente, Zuenir Ventura é colunista do jornal *O Globo*.<sup>5</sup>

##### 5.1.1.2 Deonísio da Silva

Deonísio da Silva nasceu em Siderópolis (SC), em 1948. É escritor e professor universitário, com mais de 30 anos de carreira. Sempre conciliou sua vida de escritor com a docência universitária e com uma ativa colaboração na imprensa. É doutor em Letras pelas USP, com uma tese sobre os livros proibidos no Brasil no período pós-64, que deu origem ao livro *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*.

Foi também um dos autores proibidos durante o Regime Militar. Seu conto de estréia lhe rendeu a condenação a dois anos de prisão, porém nunca expôs essa experiência. Desenvolveu diversos estudos a respeito desse período, procurando

---

<sup>5</sup> Informações biográficas retiradas do *site* oficial do autor.

compreender a luta que os escritores travam contra os poderes epocais, contra a censura e em defesa da liberdade.<sup>6</sup>

#### 5.1.1.3 Sandra Reimão

Professora Livre-docente da Universidade de São Paulo (USP) na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e no Programa de Pós Graduação em Comunicação da Escola de Comunicações e Artes (PPGCOM-ECA) e pesquisadora de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Graduada em Filosofia pela USP. Mestre e Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Publicou, entre outros, os livros: *Mercado Editorial Brasileiro, Livros e televisão - correlações* e *Repressão e resistência - censura a livros na ditadura militar*.

Sua linha de pesquisa é voltada aos temas de editoração, livros, mercado editorial brasileiro e interfaces dos livros com outras mídias. Atualmente desenvolve um projeto de pesquisa voltado para os livros e a censura no Brasil, onde busca identificar as características específicas da censura no Brasil e como o mercado editorial brasileiro lidou com este fenômeno<sup>7</sup>.

#### 5.1.2 Os livros

É preciso entender a preocupação central de cada livro. Apesar de todos os livros abordarem o mesmo tema, ou seja, a censura a livros durante o Regime Militar, cada um deles traz uma análise específica de determinados aspectos relacionados à censura. A seguir é feita uma descrição, em linhas gerais, do conteúdo de cada um dos livros analisados.

##### 5.1.2.1 1968: o ano que não terminou

O livro foi escrito em 1988 e retrata a sociedade, e principalmente os jovens, do ano de 1968. Por ser jornalista, Zuenir Ventura faz uso de uma narrativa cheia de detalhes que tornam a leitura fácil e instigante. Através de depoimentos e documentos, o autor faz uma reconstrução social, política e psicológica do ano em que a esperança de muitos se transformou em revolta. Inicialmente, é apresentada uma juventude, e uma sociedade de modo geral, que mesmo após o golpe de 64, ainda mantinha certa liberdade, especialmente a de sonhar com a mudança. O início de 1968 foi marcado por diversos festivais de música, a explosão das artes cênicas,

---

<sup>6</sup> Informações retiradas do site da União Brasileira de Escritores (UBE) e das abas de seu livro.

<sup>7</sup> Informações retiradas do currículo Lattes da autora.

tanto nos cinemas como nos teatros, e pela contra revolução, que atingiu de forma diferente o mundo inteiro. A revolução sexual causou enormes mudanças na sociedade brasileira, e foi a bandeira de toda uma geração. Era esperado que essa mudança na sociedade fosse acompanhada de uma mudança no governo, que esses novos movimentos revolucionários atingissem também os generais-presidentes, porém o sentimento de esperança foi frustrado diante da edição do AI-5, em dezembro do mesmo ano.

O autor ainda nos apresenta a geração de 1968 como a “última geração loquaz”, uma geração forjada a base da leitura, que se interessava muito mais pelos teóricos. Ele chega até mesmo a fazer uma comparação entre a geração de 68 e a geração AI-5. Como característica da geração de 68, destaca o gosto pela argumentação e pelo pensamento crítico em que na leitura se destacavam, principalmente, os pensadores de esquerda. Ele ainda afirma que em momento algum a televisão era capaz de influenciar os jovens rebeldes de 68, e que esta não competia nem com o cinema, nem com o teatro. Já a geração AI-5 é retratada como uma “geração de poucas palavras”. A falta de interesse pelo discurso, ao lado dos modismos da época, como o uso de drogas e os estudos psicanalíticos, deixaram expostos os jovens que cresceram durante o regime autoritário a uma linguagem indeterminada.

#### 5.1.2.2 *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64.*

O livro tem sua primeira edição em 1989. Nessa obra, Deonísio da Silva nos apresenta uma análise de um caso-síntese da censura dos anos da ditadura, o do livro *Feliz ano novo* do autor Rubem Fonseca. A interdição desse conjunto de contos de Rubem Fonseca foi motivo de diversas discussões e gerou um sentimento de descontentamento não só no autor e em seus companheiros de ofício, como também em toda a sociedade civil. Ao analisar o caso do livro *Feliz ano novo*, o autor não só realiza um estudo da obra como também busca desvendar, através da análise de documentos presentes no processo de interdição do mencionado livro, as razões disfarçadas por trás da censura.

O principal objetivo do autor era entender as relações entre os escritores e o poder, buscando identificar as razões pelas quais os escritores eram perseguidos e censurados. Um exame superficial de todos os títulos censurados levou à percepção de um tema que se tornou uma obsessão censória, a sexualidade. Deonísio da Silva

destaca em sua análise que a proibição não estava ligada ao ato sexual em si, mas a representação artística do ato. Os autores com maior número de obras proibidas eram do sexo feminino, e não surpreendentemente, tinham a sexualidade como temática principal.

Ao analisar a obra de Rubem Fonseca, Deonísio coloca em evidência as temáticas usadas pelo escritor, que adota uma narrativa repleta de violência, com temas como sexualidade relacionada a erotismos patológicos e violência, além da luta armada como meio de resolução dos conflitos sociais e psicológicos gerados pelas concentrações urbanas. O livro foi proibido nos termos do Decreto-lei nº 1.077, porém essa simples explicação não foi suficiente para justificar tal proibição, nem para o autor nem para a sociedade. As críticas à publicação foram as mais variadas. Enquanto uns achavam o conteúdo pornográfico e de péssimo gosto, outros apenas reconheciam o talento de um escritor conhecido. As alegações de que o livro ia contra a moral e os bons costumes, e que era muito violento, não foram convincentes, uma vez que outros títulos anteriores do mesmo autor apresentavam a sexualidade e a violência muito mais destacadas. Neste caso a censura acabou funcionando como um tiro que saiu pela culatra, pois após o veto a obra passou a ser mais procurada e seu autor ficou ainda mais conhecido. A obra permaneceu proibida mesmo após o fim do Regime Militar.

#### 5.1.2.3 *Repressão e resistência: censura a livros na Ditadura Militar.*

Em seu livro, publicado em 2011, Sandra Reimão apresenta uma pesquisa repleta de detalhes a respeito da censura a livros durante a ditadura militar. A autora busca entender todos os aspectos relacionados à censura, principalmente no que diz respeito à censura de autores brasileiros. Inicialmente, é apresentado um panorama geral que retrata a sociedade da época e os acontecimentos relacionados às medidas repressoras do governo. O período de pesquisa abrange todos os anos do Regime Militar, ou seja, de 1964 a 1985, porém os dez anos de atuação do AI-5 (1968-1978) recebem uma atenção especial.

A autora se utiliza também dos estudos realizados pelos autores dos livros citados anteriormente, Zuenir Ventura e Deonísio da Silva. Em seu estudo identifica que existe certa discordância dos autores com relação ao número de livros censurados, e procura não só apresentar essas informações conflitantes, como se debruça sobre

essas informações, aprofundando-se nos documentos disponíveis no Arquivo Nacional. Além dos dados relacionados à censura de modo geral, e à censura a livros, a autora aprofunda seus estudos em seis publicações, que acabam refletindo os principais argumentos utilizados na justificativa do veto.

Os dois primeiros livros analisados são *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, e *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, duas obras que se tornaram referência no período em questão e representam a literatura de ficção que era produzida durante os anos 70. Ambos foram vetados sob a justificativa de irem “contra a moral e aos bons costumes”, por apresentarem a temática da violência e da sexualidade. A maioria das obras examinadas e vetadas pela Polícia Federal resultavam de denúncias, como foi o caso das duas publicações em questão. Os responsáveis pela análise das publicações muitas vezes se deixavam levar por seu gosto literário, sem examinar a qualidade artística da obra em si, o que gerou muitos vetos sem qualquer embasamento técnico.

Em seguida, é analisado o livro *Dez Estórias Imorais*, de Aguinaldo Silva, que reúne um conjunto de textos com temáticas relacionadas principalmente aos excluídos, seja pela miséria, como os retirantes da seca, seja pela imoralidade, como prostitutas e bêbados, ou até mesmo pela baixa classe social. O mais interessante nesse caso foi a determinação do veto oito anos após a publicação do livro. Algumas hipóteses sugerem que o exame do livro após tantos anos se deu em razão da posterior atuação do autor como oposição ao regime militar. Assim como as obras mencionadas anteriormente, esta foi acusada de imoral, porém nesse caso a imoralidade adquiriu outro significado, não ligada a sexualidade, mas aquela que reflete a imoralidade da pobreza, da exclusão e da falta de perspectiva. Nesse caso específico podemos notar que o conteúdo considerado “contrário à moral e aos bons costumes” não foi exatamente a causa do veto, que na verdade estava mais relacionado a qualquer conteúdo que representasse ideias contrárias àquelas aprovadas pelas autoridades constituídas pelo governo.

A autora também analisa o caso de Renato Tapajós, caso único de autor preso durante o regime militar por causa do conteúdo de um livro. Sua prisão foi decretada antes mesmo que seu livro, *Em Câmara Lenta*, fosse censurado. O autor foi acusado de promover apologia ao terrorismo, à subversão e à guerrilha em todos os

seus aspectos. Seu texto autobiográfico relata suas experiências como guerrilheiro/militante político durante a década de 1960, e foi o primeiro livro de memórias de um ex-guerrilheiro a ser publicado. O caso da prisão do autor gerou diversas manifestações, e um abaixo-assinado que solicitava sua soltura. A publicação dessa obra abriu as portas para que outras memórias de militantes de esquerda fossem publicadas nos anos seguintes à abertura política.

Por fim, a autora cita o caso dos contos *Mister Curitiba*, de Dalton Trevisan, e *O Cobrador*, de Rubem Fonseca, que foram vencedores de duas edições do Concurso Nacional de Contos. Ambos foram vetados pela censura prévia e impedidos de serem publicados pela revista *Status*. A revista *Status* era uma revista destinada ao público masculino adulto e, portanto, apresentava a temática erótica como seu foco principal. Apesar de terem sua publicação vetada na revista, os contos foram publicados em livro sem nenhuma interdição, o que mostra claramente que a censura teve atuações diferenciadas durante o regime militar, não só nos diferentes períodos como também nos diferentes meios de comunicação. Quanto maior o público de uma determinada publicação tinha mais ela seria alvo da censura.

## **5.2 Os números da censura**

A partir da análise dos estudos realizados pelos autores selecionados na pesquisa, foi possível a elaboração de algumas tabelas e gráficos que demonstram os números relacionados à censura a livros durante o Regime Militar. Com o intuito apresentar de forma clara todos os dados relativos à censura a livros, primeiramente serão apresentados os dados relacionados à censura às produções artísticas e culturais de modo geral, partindo assim do contexto geral para o específico, referente aos números relacionados à censura a livros.

No que tange à censura da produção artística e cultural, de modo geral, durante os dez anos de vigência do AI-5, Zuenir Ventura apresenta os seguintes dados:

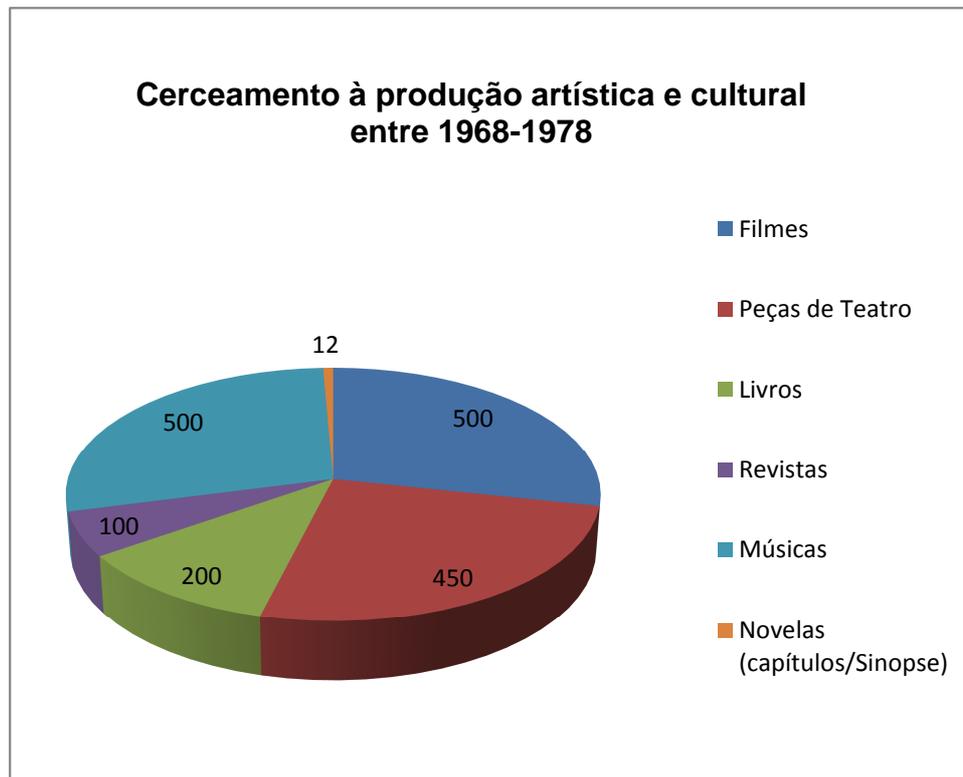


Gráfico 1: Cerceamento a produção artística e cultural de 1968-1978.  
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de VENTURA, 1988.

Pode-se notar que a atuação censória foi mais expressiva em se tratando de filmes, músicas e peças de teatro, o que pode ser explicado pelo alto potencial de divulgação e pela facilidade de acesso ao público de modo geral.

Os dados relacionados à censura a livros, no período de 1968 a 1978, apresentam certo conflito quanto aos números encontrados. Como mencionado anteriormente, Zuenir Ventura indica que foram **200 livros** censurados no referido período. Diferentemente dele, Deonísio da Silva ao realizar sua pesquisa, indica que foram **430 livros** censurados durante o regime militar. Desses 430 livros, Deonísio da Silva indica que **92** dos títulos são de autores brasileiros.

É preciso esclarecer que os dados apresentados a seguir representam apenas o universo dos livros de autores brasileiros que foram censurados.

Dos 92 livros de autores brasileiros indicados por Deonísio da Silva:



Gráfico 2: Porcentagem de livros de autores brasileiros censurados de acordo com a classificação literária.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de SILVA, 2010.

Através desses dados podemos notar a preferência da censura por obras de ficção, o que nos leva a pensar a respeito dos motivos utilizados para justificar o veto de certas publicações. Dentre os 76% de livros de ficção censurados, 60% foram considerados livros eróticos/pornográficos.

Como já apresentado nas obras utilizadas como fonte de pesquisa, todo material considerado contrário à moral e aos bons costumes deveria ser vetado, o que muitas vezes era feito de forma superficial, por pessoas não qualificadas que deixavam gostos pessoais interferirem em sua avaliação.

Sandra Reimão cita em seu livro alguns dados quantitativos gerais sobre a censura a livros fornecidos pela DCDP (Divisão de Censura de Diversões Públicas), calculados a partir de documentos disponíveis em seu acervo, onde há indicações de que a atividade censória foi mais rígida entre 1975 e 1980, quando **50% dos livros submetidos foram vetados**.

Através dos dados fornecidos pelo DCDP, no que tange ao material relacionado à **censura prévia**, foram encontrados 490 livros submetidos a esse tipo de censura, distribuídos conforme indica a tabela a seguir:

Quadro 1: Tabela de livros submetidos à censura prévia/vetados no período de 1970 a 1988.

Ano	Livros submetidos	Livros vetados	
1970	25	5	20%
1971	6		
1972	16	2	12.5%
1973	11	4	36.3%
1974	20	1	55%
1975	132	109	82%
1976	100	61	61%
1977	49	30	61%
1978	84	62	73%
1979	47	38	80%
1980			
1981	1	1	
1982	1		
1988			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de REIMÃO, 2011.

Baseado na tabela acima, o gráfico a seguir apresenta de forma visual o período em que a censura produziu o maior número de vetos.

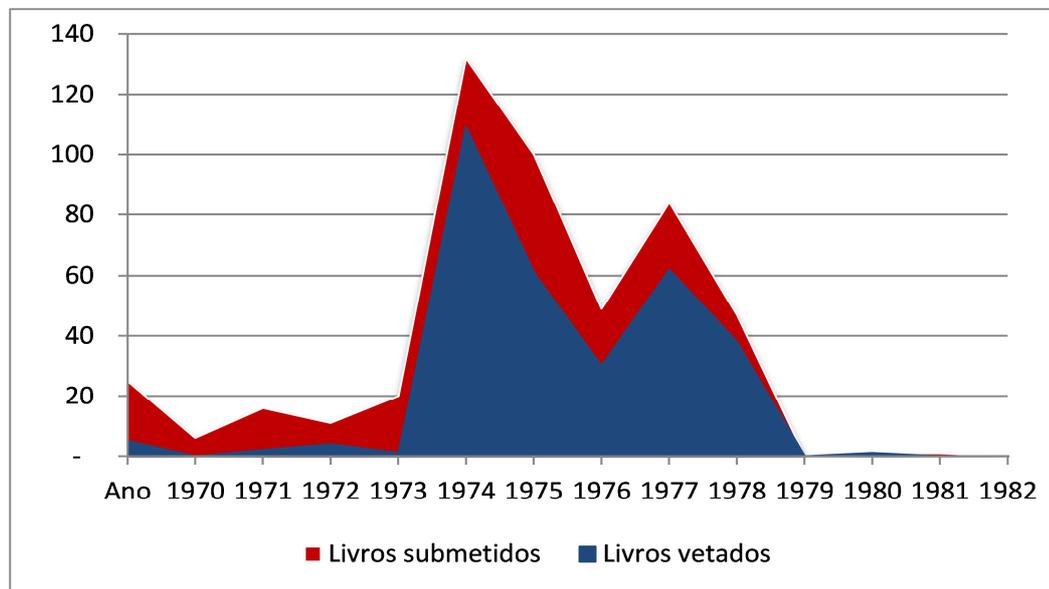


Gráfico 3: Livros submetidos à censura prévia/vetados no período de 1970 a 1988.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de REIMÃO, 2011.

É preciso cuidado ao se fazer uma afirmação baseada somente nos dados encontrados, pois não podemos esquecer que a pesquisa foi realizada com base na documentação preservada, ou seja, não se sabe ao certo se esses dados correspondem ao total original dos dados existentes.

## 5 Considerações Finais

Diante dos estudos realizados pelos autores, é possível notar algumas das particularidades que envolviam a questão da leitura e do livro durante o regime militar. Através dos dados apresentados é possível verificar que a atuação da censura durante o Regime Militar foi realmente composta por altos e baixos, e que o marco inicial de sua pior fase foi a edição do AI-5. Dessa forma, podemos dividir a atuação censória em duas fases: de 1964 a 1968, fase em que teve uma atuação confusa e multifacetada, e de 1968 a 1978, fase de maior atuação, em que um grande número de obras foram censuradas.

Contrariamente ao que se poderia imaginar, o período com maior número de obras censuradas foi justamente o que deu início ao processo de distensão do regime, o governo Geisel. É possível pensar em algumas hipóteses que justifiquem essa contradição, mas a que parece mais interessante é a de que justamente por temerem o processo de abertura política, os militares decidiram demonstrar que ainda estavam no poder. As manifestações artísticas representavam uma grande arma contra o regime militar, e quanto maior era o público a que se destinavam mais impacto podiam causar. Não é por acaso que a censura a livros foi praticada em menor proporção, pois em se tratando de público alvo, o Brasil nunca foi um país com grande quantidade de leitores, e sendo assim, o acesso a esse suporte era restrito apenas a certas camadas da sociedade.

Quanto à temática, ficou clara a obsessão pela censura a livros que apresentassem qualquer aspecto ligado a sexualidade, que apesar de estar presente na maioria dos livros censurados não poderia ser classificada como erótica ou pornográfica. Além disso, outro tema bastante perseguido era o da violência, que naquele momento era empregado apenas como uma forma de refletir o que estava acontecendo com a sociedade da época, onde tanto a violência física quanto psicológica estavam presentes nas prisões e nas práticas de tortura presentes nos porões da ditadura. A preocupação do governo com essas temáticas era a de ocultar tais acontecimentos e impedir que fossem despertados movimentos contrários ao regime autoritário.

A realização dessa pesquisa documental nos permitiu perceber que apesar de ter sido realizada em menor escala, a censura a livros também causou grande impacto

na história do Brasil. No ano em que se comemoram os 25 anos do final do Regime Militar no Brasil, ter acesso a informações tão esclarecedoras somente reforça a máxima de que garantir o acesso à informação é primordial para o desenvolvimento do conhecimento e para a preservação da memória. Sugerimos que haja continuidade no estudo do tema, e que cada vez mais novas informações a respeito desse período tão conturbado da história do nosso país sejam trazidas à tona. É importante garantir que a democracia em que vivemos não nos faça esquecer os momentos em que nossas liberdades foram cerceadas, pois esses períodos também foram decisivos na construção do país que temos hoje.

## 6 Referências

AGLINSKAS, Rodrigo Costa. **Seleção e censura em bibliotecas: Estudos pragmáticos da seleção de informações**. 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://rabci.org/rabci/sites/default/.../TCC\\_Censura\\_Rodrigo\\_Aglinskas\\_2008.pdf](http://rabci.org/rabci/sites/default/.../TCC_Censura_Rodrigo_Aglinskas_2008.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2013.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio: biblioteca pública e o estado autoritário no Brasil**. João Pessoa: Ed Univ, 2002.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, Nov. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782005000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782005000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 mai. 2013.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo Joao Goulart e o golpe de 1964: memoria, historia e historiografia. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p. 123-143. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2013.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782005000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782005000200008&script=sci_arttext)> Acesso em: 30 mai. 2013.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. **A política editorial do Instituto Nacional do Livro no regime militar**. Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas\\_Culturais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_AndreaGalucio\\_A\\_politica\\_editorial\\_do\\_Instituto\\_Nacional\\_do\\_Livro\\_no\\_regime\\_militar.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AndreaGalucio_A_politica_editorial_do_Instituto_Nacional_do_Livro_no_regime_militar.pdf)> Acesso em: 14 jun. 2013.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Intertexto; Interciência, 2011.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência:** censura a livros na ditadura militar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2011.

SILVA, Deonísio da. **Nos bastidores da censura:** sexualidade, literatura e repressão pós-64. 2 ed., Barueri: Manole, 2010.

VENTURA, Zuenir. **1968:** o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

## ANEXOS

## ANEXO A – Decreto de criação do Instituto Nacional do Livro - INL

DECRETO-LEI nº 93, de 21 de dezembro de 1937

Cria o Instituto Nacional do Livro

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição.

Decreta:

Art. 1º O Instituto Cairú fica transformado em Instituto Nacional do livro.

*Parágrafo único.* O Instituto Nacional do Livro terá a sede de seus trabalhos no edifício da Biblioteca Nacional.

Art. 2º Competirá ao Instituto Nacional do Livro;

- a) Organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) Editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) Promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros.
- d) Incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Art. 3º O Instituto Nacional do Livro será superintendido por um diretor nomeado em comissão, com os vencimentos equivalentes ao padrão N.

Art. 4º O Instituto Nacional do Livro terá, além dos serviços gerais de administração, três seções técnicas e um Conselho de Orientação.

Art. 5º As três seções técnicas se denominarão Seção de Enciclopédia e do Dicionário, Seção das Publicações e Seção das Bibliotecas, cabendo à primeira as funções da letra *a*, à segunda as funções das letras *b* e *c* e à terceira as funções da letra *d*, do art. 2º deste decreto-lei.

§ 1º Cada seção será dirigida por um chefe.

§ 2º Os chefes de seção, bem como todo o demais pessoal do Instituto Nacional do Livro serão admitidos na forma do Decreto n. 871, de 1 de junho de 1936.

Art. 6º Ao Conselho de Orientação caberá elaborar o plano de organização da

Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Nacional, bem como dar parecer sobre as medidas que devam ser tomadas para que os objetivos do Instituto Nacional do Livro sejam conseguidos.

§ 1º O Conselho de Orientação será composto de cinco membros, nomeados pelo Presidente da República.

§ 2º A função de membro do Conselho de Orientação será gratuita e constituirá serviço público relevante.

§ 3º O Conselho de Orientação funcionará na sede do Instituto Nacional do Livro.

§ 4º Tomará parte nas discussões do Conselho de Orientação o diretor do Instituto Nacional do Livro, e funcionará como seu secretário, podendo igualmente discutir as matérias, o chefe da Secção da Enciclopédia e do Dicionário.

§ 5º Nenhuma reunião do Conselho de Orientação se realizará sem que para a mesma sejam convocados o diretor do Instituto Nacional do Livro e o chefe da Secção da Enciclopédia e do Dicionário.

Art. 6º As publicações do Instituto Nacional do Livro não serão distribuídas gratuitamente senão às bibliotecas públicas a êle filiadas, mas se colocarão à venda em todo o país por preços que apenas bastem para compensar total ou parcialmente o seu custo.

Art. 7º O Poder Executivo baixará o regulamento do Instituto Nacional do Livro.

Art. 8º Este decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1938, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1937, 116 da Independência e 49º da República.

Ass. Getúlio Vargas - Gustavo Capanema.

**ANEXO B – Decreto que regulamenta a censura prévia para livros.**

## DECRETO-LEI nº 1.077, de 26 de Janeiro de 1970

Dispõe sobre a execução do artigo 153 § 8º, parte final, da República Federativa do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição e

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preserva-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;

CONSIDERANDO que o emprêgo desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

Decreta:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juízes de Direito, para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º dêste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os Juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Êste Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

Emílio G. Médici / Alfredo Buzaid